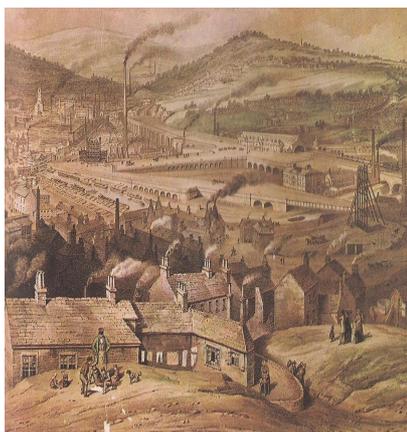


## **REGIÃO, IDENTIDADE CULTURAL E REGIONALISMO: A CAMPANHA GAÚCHA FRENTE ÀS NOVAS DINÂMICAS ESPACIAIS E SEUS REFLEXOS NA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE**

Helena Brum Neto  
Meri Lourdes Bezzi



### **RESUMO:**

Ao se resgatar questões como região, identidade regional e regionalismo, na Campanha Gaúcha, observam-se que novas dinâmicas espaciais tem seus reflexos na relação campo-cidade. Pode-se dizer que, a tradicional área de pecuária rio-grandense, tem experimentado transformações no decorrer da evolução do seu espaço produtivo, vinculadas, sobretudo, às questões econômicas. Desde as primeiras estâncias, voltadas à criação de gado no oeste do Rio Grande do Sul, até a atualidade, destacam-se, temporalidades e espacialidades significativas para a definição política, econômica e cultural deste recorte espacial gaúcho. Nesse contexto, propuseram-se algumas reflexões acerca da questão regional implícita na Campanha gaúcha, enfocando aspectos essenciais do processo de reorganização do espaço produtivo local/regional e da identidade cultural na relação campo-cidade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Região; Regionalismo; Relação Campo-Cidade.

### **ABSTRACT:**

When rescuing subjects as area, regional identity and regionalism, in the Campanha Gaucha, it's observed that new spatial dynamics are reflected in the relation countryside-city. Therefore, it can be said that the traditional livestock area of the state has passed, over time, for significant transformations in its productive space, bound, mainly to economic issues. When rescuing subjects as area, regional identity and regionalism, in the Campanha Gaucha, it's observed that new spatial dynamics are reflected in the relation countryside-city. Therefore, it can be said that the traditional livestock area of the state has passed, over time, for significant transformations in its productive space, bound, mainly to economic issues. The west of Rio Grande do Sul, since the first estâncias (livestock farms of the state), turned to the cattle breeding, genesis of its space organization, up till the present time stands out for presenting temporalities and expressive spatiality which are fundamental for the definition of the political, economical and cultural aspects that restructure this gaucho spatial cutting. In this context, some reflections were proposed concerning the implicit regional subject in the Campanha Gaucha, focusing essential aspects of the reorganization process of the productive space local and regional, having as basis the new productive chains and the cultural identity on the relation countryside-city.

**KEYWORDS:** Region; Regionalism; Relation Countryside-city.

## **INTRODUÇÃO**

A região ao mesmo tempo em que enfatiza as similaridades espaciais, faz com as diferenças se tornem visíveis, uma vez que os recortes regionais apresentam distintas formas de organização. A região expressa, então, as necessidades impostas pela sociedade, considerando que o uso do tempo, do espaço e da técnica apresenta-se de forma desigual, pois as atividades do homem demonstram um processo contínuo de transformação do espaço, segundo os períodos históricos. Esses resultam em estágios técnicos diferenciados que se materializam distintamente nos recortes espaciais e são assumidos pelos grupos sociais.

Pode-se dizer, então, que o espaço regional é heterogêneo e, portanto, individualizado por recortes espaciais que se originam de acordo com critérios específicos, uma vez que a ordem espaço-temporal ocorre em resposta às necessidades de cada tipo de produção, impostas por códigos culturais diversos, os quais se abrem para os interesses do capital, ao novo, mas que também, às vezes, resiste às mudanças, como forma de preservar a herança cultural.

Nesse sentido, o artigo reflete acerca da questão regional implícita na Campanha Gaúcha, enfocando aspectos essenciais do processo de reorganização do seu espaço produtivo e da identidade cultural na relação campo-cidade. Buscou-se enfatizar a abordagem regional dessa porção do espaço rio-grandense, situada em uma área denominada de Metade Sul, a qual apresenta desequilíbrios e desigualdades sociais expressivas e que tem sido foco de iniciativas e propostas diversas. Destaca-se a necessidade de proposições e alternativas práticas e viáveis, que ultrapassem as reflexões teóricas imprescindíveis para que se possa viabilizar o seu desenvolvimento local/regional.

O recorte espacial enfocado, Campanha Gaúcha, refere-se, em termos oficiais, à Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, a qual engloba as Microrregiões da Campanha Ocidental, Central e Meridional (IBGE, 1997).

Ressalta-se que ao se referir a Campanha Gaúcha, reporta-se, também, ao termo originado durante a formação histórica do território rio-grandense, nos campos meridionais, particularmente, no Pampa (Figura 1).

Nesse contexto, observou-se a dinâmica da relação espaço-tempo na Campanha Gaúcha, implícita nas transformações socioeconômicas e culturais, as quais são responsáveis pelas reconfigurações regionais impressas nessa porção do espaço gaúcho, mediante a inserção de novos atores econômicos. Além disso, fez-se uma abordagem enfocando os aspectos culturais, essenciais para se entender a relação sociedade-natureza, bem como, seus aspectos organizacionais na atualidade.

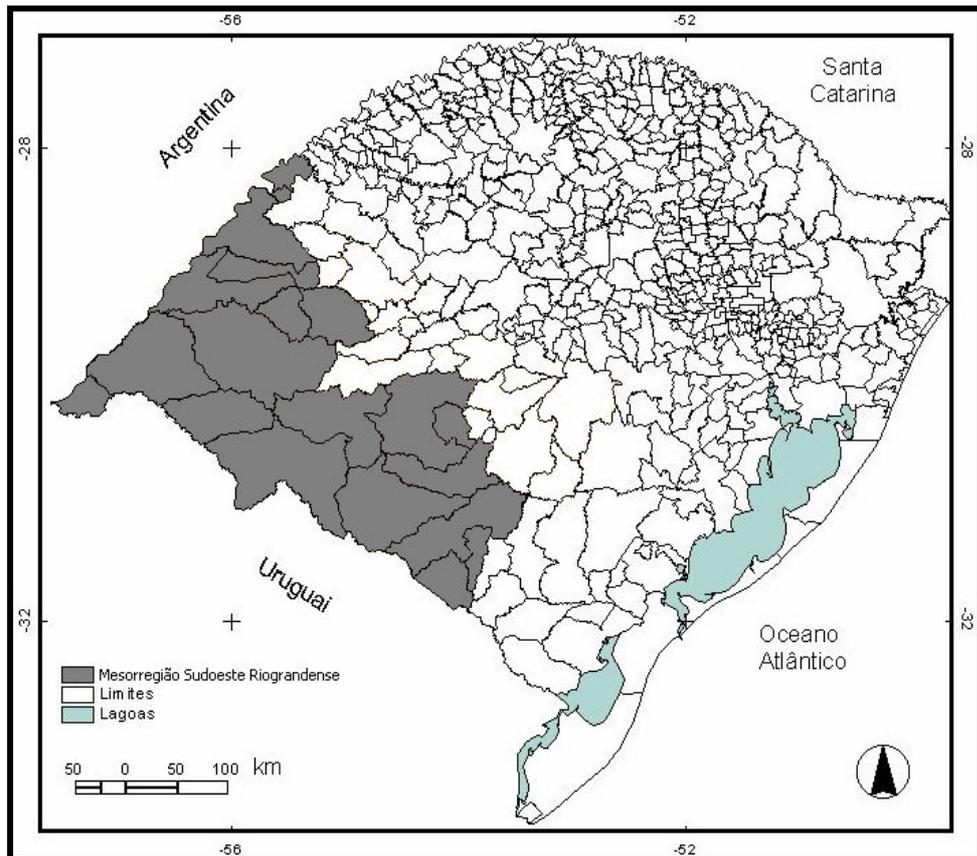


Figura 1: Mesorregião Sudoeste Riograndense.

Fonte: FEE, 1997

Org.: BRUM NETO, H, 2009.

## **A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA CAMPANHA GAÚCHA: VELHAS FORMAS E NOVAS FUNÇÕES**

A Campanha Gaúcha, tradicional área de pecuária rio-grandense, tem passado por transformações significativas no decorrer da evolução do seu espaço produtivo, vinculadas, sobretudo, às questões econômicas. Desde as primeiras estâncias, destinadas à criação de gado no oeste do Rio Grande do Sul, até a atualidade, ocorreram temporalidades e espacialidades distintas visando sua definição política, econômica e cultural.

Dessa forma, é importante realizar o resgate histórico da pecuária, pois essa atividade econômica constituiu-se na base do setor primário dessa região, apresentando-se como atividade econômica expressiva até a atualidade. Entretanto, em virtude das dinâmicas espaciais ocorridas para atender a demanda de mercado, novos atores econômicos pressionam as áreas tradicionais de pecuária buscando viabilizar, ou ao menos, proporcionar o desenvolvimento regional, através de novos arranjos espaciais.

Pode-se afirmar que a pecuária se caracterizou como a primeira cadeia produtiva da Campanha Gaúcha. Sua gênese está vinculada aos aspectos históricos de ocupação e povoamento do Estado. Esses privilegiaram a atividade pastoril via estâncias, as quais garantiram à posse da terra que configurou essa região como a primeira área ocupada por uma atividade econômica no Rio Grande do Sul. O rebanho bovino disperso nos campos gaúchos, oriundo da atividade pastoril desenvolvida, inicialmente, pelos padres jesuítas, contribuiu para a estruturação da sua matriz produtiva.

As potencialidades naturais permitiram que a pecuária tivesse condições para se expandir, consolidando-se através dos latifúndios pastoris. Essa se desenvolveu de forma extensiva, contribuindo para formar a matriz produtiva tradicional dessa região.

Através da cadeia produtiva da pecuária efetivaram-se arranjos produtivos, os quais se dinamizaram através de três fases: as *couramas*, as *charqueadas* e os *frigoríficos*. O primeiro grande ciclo da pecuária, a

*courama*, caracteriza-se por uma primitiva relação de trabalho e produção do setor primário do Estado gaúcho, pois essa atividade assentava-se, basicamente, no apresamento primitivo do gado para a retirada do couro, o qual era enviado principalmente para o centro do país (BEZZI, 1986).

A *charqueada* constituiu-se no segundo ciclo pastoril e permitiu novas frentes e perspectivas econômicas para a pecuária tradicional, apresentando uma produção sistemática e significativa de charque, o qual visava abastecer tanto o mercado interno quanto o externo. A instalação da primeira charqueada pode ser considerada como o marco inicial da industrialização do charque em território gaúcho e inicia um processo de acumulação de capital, a partir do crescente número de estabelecimentos saladeiris. Estes se fixaram no Estado, em decorrência da distribuição de sesmarias e do prestígio da classe pecuarista, atrelada à sua produção na economia sulina (RODRIGUES, 2005).

Nessa linha de pensamento, Viera; Rangel (1993, p. 24), dizem que as charqueadas representaram outra forma de organização do sistema produtivo, pois “No final do século XIII a produção de carne salgada adquiriu novas formas, criando um estabelecimento capaz de gerar riqueza, acumulação de capital, relações de trabalho diferenciadas, distinção de classes e opulência de poder [...]”.

A terceira fase da pecuária ocorre a partir da Segunda Guerra Mundial, quando a necessidade de maior consumo de carne e o crescimento das áreas urbanas brasileiras ocasionou, no Estado gaúcho, a modificação do ritmo de vida e de toda a economia baseada na pecuária. Esta se concretizou na instalação e expansão dos *frigoríficos* que, por sua vez, impuseram um novo ritmo de trabalho à pecuária. Os frigoríficos causam transformações profundas nas estâncias, não apenas do ponto de vista técnico, como também da própria organização social local (relações de trabalho) (BEZZI, 1986).

Paralelamente, aos frigoríficos locais e regionais, a inserção da indústria frigorífica estrangeira abriu novas oportunidades para a pecuária rio-grandense. Esses se instalaram, principalmente, em Rio Grande (Swift) e

em Santana do Livramento (Armour). Posteriormente, outras unidades foram implantadas no Estado, mais precisamente em Rosário do Sul e Pelotas. (RODRIGUES, 2005).

Pode afirmar, então, que a organização da atividade pecuarista foi baseada nesses ciclos produtivos, os quais permitiram que a pecuária se desenvolvesse, consolidando-se como a principal atividade econômica, desde o início de sua ocupação territorial. Salienta-se, que na atualidade, novos frigoríficos estão sendo criados ou revitalizados, demonstrando a tradição pastoril dessa porção do espaço gaúcho.

As distintas relações sociais de trabalho contribuíram para que a sociedade rio-grandense se estruturasse de forma diversa. De um lado, os charqueadores, detentores do capital, da posse da terra e do poder político e, por outro, os trabalhadores em geral, livres ou escravos, ligados à prestação de serviço para os estancieiros, no campo ou na cidade. Essa situação permaneceu até o início do processo colonizador, o qual marcou a inserção de nova dinâmica econômica no Estado, mediante a inserção de atividades agrícolas. Por conseguinte, infere-se que essa região foi responsável, durante longo período de tempo pela produção econômica do Rio Grande do Sul, via atividade pecuarista.

É importante salientar também que essa atividade econômica ainda se faz presente, na atualidade, pois a criação de gado, na Campanha Gaúcha, constitui-se em um dos seus alicerces econômicos, concentrando a maior parcela do rebanho bovino gaúcho, com significativa expressão nacional. Tal fato justifica a relevância da pecuária, pois essa permanece como importante atividade econômica em âmbito regional, mesmo diante das crises que esse segmento produtivo tem enfrentado no decorrer do tempo.

Ressalta-se que, na atualidade, tem-se a presença da pecuária extensiva, que é predominante. No entanto, essa divide espaço com a pecuária intensiva, a qual é representada pelas cabanhas, as quais identificam a presença de uma pecuária desenvolvida com alta tecnologia, manejo e técnicas avançadas, visando o mercado nacional e internacional. A expansão da bovinocultura fez com que a criação de aves e suínos, se

restringisse às áreas da agricultura familiar ou, então, servem apenas à subsistência nas propriedades rurais.

Paralelamente, à atividade pecuarista, a partir da década de 1920, estrutura-se, nessa região, uma nova configuração espacial, através da inserção da lavoura orizícola. Além da dicotomia produtiva, tem-se uma sociedade dual, composta por pecuaristas e agricultores (FEE, 1978).

A cultura do arroz teve sua inserção, a partir do século XX, marcada pelo processo de despecuarização espacial, ou seja, a cedência de terras por parte do latifúndio pastoril à agricultura. Esta dinâmica só foi possível através da inserção da lavoura empresarial altamente mecanizada e competitiva no mercado interno e externo, imprescindível para que se viabilizasse seu desenvolvimento, uma vez que, na sua maioria as lavouras são realizadas via arrendamento de terras da pecuária. Dessa forma, o arroz, caracteriza-se como a primeira lavoura capitalista no Estado gaúcho, apresentando, no decorrer do tempo, crescimento expressivo tanto em área como em produtividade (FEE, 1978; BEZZI, 1986).

Pode-se dizer que a rizicultura se desenvolveu no Estado em virtude da presença de mercados favoráveis e de incentivos através de políticas governamentais. Essa atividade econômica era basicamente voltada para o mercado interno, pois, ao contrário dos demais estados brasileiros, o Rio Grande do Sul inseriu-se no cenário econômico nacional através da produção de alimentos. Essa atividade teve impulso através do crescimento do mercado consumidor de alimentos nos centros urbanos e, pelo desenvolvimento de uma política tarifária sobre as importações do arroz estrangeiro, estabelecendo uma proteção econômica à rizicultura gaúcha.

Observa-se um alto grau de mecanização na produção orizícola, uma vez que, os produtores não economizam nas práticas que fornecem resultados satisfatórios, a fim de obter elevados índices de produtividade, sendo que essa varia de acordo com as condições naturais dessa região. Assim, têm-se áreas onde o arroz apresenta altos índices de produtividade. Cita-se como exemplo, os municípios de Dona Francisca, Agudo e São João do Polêsine, situados na porção central do Estado, em áreas do Rebordo e

Planalto da Bacia do Paraná, cujos solos férteis aliam-se a utilização de tecnologia na produção. As lavouras localizadas nesses compartimentos são favorecidas pela fertilidade natural dos solos, derivados do basalto, influenciando no processo produtivo da lavoura de arroz.

Algumas unidades territoriais da Campanha Gaúcha, por situarem-se na Depressão Central do Rio Grande do Sul, são caracterizadas pela presença de solos derivados de sedimentos aluviais, planossolo (áreas mais baixas), onde o relevo permite excesso de água permanente ou temporário, apresentando algumas limitações para o uso agrícola. Essas se referem, basicamente, a sua deficiente drenagem e, conseqüente excesso de umidade. No entanto, configuram-se como solos adequados ao cultivo de arroz irrigado.

A expansão da lavoura orizícola esteve alicerçada no crescente incentivo dado a essa atividade por órgãos como: INCRA, EMATER, EMBRAPA e o próprio Governo do Estado, através das Secretarias Municipais de Agricultura. Salienta-se que, a estrutura fundiária não se alterou, pois as lavouras de arroz desenvolveram-se nas grandes e médias propriedades, via arrendamento. Portanto, permanece o caráter concentrador e o *status quo* da posse da terra ligada ao pecuarista.

Dessa maneira, a dinâmica para o desenvolvimento da lavoura empresarial, não encontrou resistência, por parte dos grandes proprietários, pelo contrário, o arrendamento da terra tornava os seus campos rentáveis e produtivos, uma vez que, o lucro advinha do arrendamento das mesmas, independentemente de fatores físico-naturais, como estiagens, enchentes, entre outros fenômenos que podem comprometer sua renda, se os mesmos desenvolvessem atividades agrícolas de forma direta em áreas destinadas à pecuária.

Embora esse segmento produtivo tenha enfrentado algumas crises, principalmente, ligadas à questão de financiamento, natural (quebra de safra) e a concorrência com importação do arroz (MERCOSUL), a área produtiva destinada a essa lavoura apresentou crescimento no decorrer do tempo. Essa expansão gradativa deve-se, basicamente, aos investimentos em

tecnologias os quais visam aumentar o rendimento médio do arroz para proporcionar melhores resultados a cada safra e, conseqüentemente, o lucro com a produção.

Salienta-se que a extensão e a dinâmica espacial da Campanha, demonstram uma diversidade econômica que, ora originam setores, ora apenas agregam atividades complementares e mesmo temporárias. Portanto, na busca da compreensão da organização de seu espaço produtivo, deve-se considerar todas as atividades que se desenvolvem sobre a sua base espacial, a fim de se obter a dimensão e a complexidade dessa estrutura nos aspectos físicos, socioeconômicos e culturais do Rio Grande do Sul.

Atrelada às transformações que marcaram o cenário nacional, a partir da década de 70/80, pode-se dizer que a presença significativa da lavoura de soja, nessa porção do território rio-grandense, foi responsável por novos arranjos produtivos no seu setor primário. Esses são decorrentes da dinâmica socioeconômica sobre o espaço e também para atender as demandas de mercado mediante o processo de modernização da agricultura. Assim, a inserção da cultura da soja, com características de lavoura empresarial desenvolvida mediante políticas de financiamento reorganizaram novamente a matriz produtiva dessa região. Sua expansão foi bastante significativa em área plantada. Entretanto, assiste-se a uma retração dessa cultura a partir da década de 90, a qual retorna a crescer na atualidade através da soja transgênica.

A disponibilidade de extensas áreas, que caracterizam os latifúndios da Metade Sul, demonstrou-se favorável à incorporação, via arrendamento, da cultura da soja. Essa expansão ocorreu de forma mais significativa em alguns municípios, nos quais as potencialidades naturais permitiam a introdução dessa cultura via tecnologia. Cita-se, como exemplo, as unidades territoriais de São Borja, Santiago, entre outras, a partir das quais a soja se expandiu em direção sul do Estado, inserindo-se na tradicional matriz produtiva da pecuária e do arroz.

A viabilidade de políticas de créditos e financiamentos foi um dos fatores predominantes da presença da agricultura empresarial, em áreas

tradicionais da pecuária. Essas foram direcionadas, ao setor primário, através de órgãos de fomento, via políticas públicas, estabelecidas pelo governo Estadual e Federal. As mesmas foram fundamentais e serviram de estímulos para que os agricultores oriundos, sobretudo, do norte do Estado, desenvolvessem essas culturas. A lavoura de soja e a do arroz mantêm a concentração da terra na Campanha Gaúcha, pois sua inserção viabilizou-se, através do arrendamento.

Atualmente, a cultura da soja é significativa, na região da Campanha, principalmente, nos municípios de Maçambará, São Vicente do Sul, Rosário do Sul, São Gabriel, Santa Margarida do Sul, Lavras do Sul, Vila Nova do Sul, São Sepé e Caçapava do Sul. Destaca-se que essa expansão direcionou-se para a porção centro-sul do Estado, onde essa cultura inseriu-se em áreas tradicionais da produção de arroz, como é o caso do município de Cachoeira do Sul. As lavouras de soja desenvolveram-se em municípios que abrangem grandes extensões territoriais, nas quais predominam as médias e as grandes propriedades, através de um significativo suporte tecnológico, com o uso de mecanização, insumos agrícolas e, mais recentemente, do melhoramento genético proporcionado pelos transgênicos (IBGE, 2008).

A área plantada de soja encontra-se em expansão em todas as unidades territoriais da Campanha. Desse modo, há uma superação espacial das lavouras de soja em detrimento das orizícolas em alguns municípios, ocasionando transformações significativas no seu espaço produtivo e, conseqüentemente, na matriz tradicional, pautada no binômio arroz-pecuária bovina de corte. Nesse sentido, a soja coexiste com a matriz produtiva tradicional, constituindo-se em uma atividade dinamizadora da economia das unidades territoriais pertencentes à região.

Esses novos arranjos espaciais demonstram a dinâmica do espaço, via transição geoeconômica entre as regiões produtivas do Rio Grande do Sul. Portanto, a construção do espaço segue uma lógica que não permite cortes bruscos, demonstrando a efetiva integração entre as partes que compõe o todo.

Na perspectiva da estruturação do espaço produtivo da Campanha Gaúcha, o qual está alicerçado em cadeias produtivas tradicionais e mais recentemente, a soja, novos investimentos estão sendo realizados visando à dinamização desse espaço produtivo. Desse modo, destaca-se a fruticultura, como uma alternativa produtiva e de geração de renda, que se encontra em expansão gradativa. Tal atividade está baseada, principalmente, na produção de cítricos, como a laranja, a bergamota e a tangerina e em outras frutas como a uva, o pêssego e o figo.

Na atualidade, a cultura da uva se faz presente nos municípios de Santana do Livramento, Quaraí, Uruguaiana, Itaqui e Rosário do Sul, com uma área plantada de 856 hectares. Já, nos municípios de Bagé, Candiota, Dom Pedrito, Pinheiro Machado, Hulha Negra, Caçapava do Sul e Lavras do Sul, essa inserção é maior abrangendo uma área de 1,89 mil hectares (EMBRAPA, 2005). Infere-se que mantido esse crescimento, essa área poderá consolidar-se como um pólo de produção da uva, voltada para a fabricação de vinhos, sucos e para o consumo *in natura*. Essa tendência à vitivinicultura acompanha o processo de expansão da produção da uva, tanto no Rio Grande do Sul quanto em outros estados brasileiros, como Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e no Vale do São Francisco.

Há que se considerar também, que a presença da vitivinicultura, em áreas de pecuária tradicional, demonstra a inserção de um cultivo “sem a tradição colonial” como a que ocorreu na Serra Gaúcha. A produção nessas novas áreas ocorre mediante o uso de tecnologias avançadas, manejo e matéria-prima, buscando mudar o perfil de produção dessa região. Assim, são desenvolvidas novas estratégias econômicas em busca de alternativas de desenvolvimento em uma área com desigualdades e desequilíbrios populacionais decorrentes de pontecialidades naturais restritivas.

Esse investimento é resultante da união de forças do poder público com a iniciativa privada com intuito de dinamizar a Metade Sul do Estado. Desse modo, com menos de uma década de existência, o Comitê de Fruticultura da Metade Sul abrange 102 municípios gaúchos. Em 1997, ano

em que se iniciou o projeto eram apenas cinco municípios, em 2005 a geração de emprego é de aproximadamente 20.000 vagas (ZERO HORA, 2005).

A fruticultura foi viabilizada também devido aos recursos financeiros disponibilizados através do Programa Estadual de Fruticultura (PROFRUTA/RS), o qual visa incentivar o desenvolvimento da fruticultura no Estado, diversificando a produção econômica. Tem-se como uma das metas do PROFRUTA reverter o processo de importação de frutas, principalmente cítricos e a recuperação produtiva, através de novos pólos com destaque para a Metade Sul do Rio Grande do Sul.

No que se refere à citricultura, na Campanha Gaúcha, destaca-se a produção de laranja, tangerina e bergamota. A laranja predomina em área plantada em todas as unidades territoriais desse recorte espacial. Já a tangerina e a bergamota aparecem associadas a essa, porém com menores áreas destinadas à sua produção. Destacam-se como grandes produtores de laranja os municípios de Alegrete, São Borja, São Gabriel, Santiago e Lavras do Sul. No que se refere à tangerina, os principais municípios produtores são: Santiago, Quaraí, São Francisco de Assis, Alegrete, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, São Sepé, Camaquã e Canguçu (IBGE, 2008).

A produção de bergamota desenvolve-se em alguns municípios da Campanha, com destaque para Rosário do Sul, o qual está inserido no projeto Citrusul e que, em 2009, exportou 75 toneladas de bergamota para o Canadá e Espanha. É um projeto inovador, formado por produtores de Rosário do Sul, Uruguai, Espanha e Canadá e que busca, através da expansão dos pomares, dinamizar o setor rural via geração de empregos, proporcionando novas frentes de trabalho. Para os próximos dez anos, a expectativa é que a área destinada aos citros atinja 1,2 mil hectares em todos os pomares de Rosário do Sul, com a geração de aproximadamente mil empregos diretos (ZOLIN, 2009).

Os projetos de incentivo a fruticultura na Metade Sul do Estado podem ser considerados como alternativas para o desenvolvimento local/regional. Pode-se destacar que, em 1996 o Brasil importava cerca de US\$

300.000/ano em frutas de clima temperado, exatamente as ideais para serem plantadas no sul do Estado, uma vez que, essa região dispõe de um fotoperíodo adequado, principalmente no verão, onde cada dia chega a ter até 14 horas de insolação. Assim, a luminosidade torna-se fator essencial e garante a qualidade da produção de frutas.<sup>1</sup>

Ressalta-se que a fruticultura é desenvolvida em pequenas e médias unidades produtivas, representando uma possibilidade e/ou alternativa para o desenvolvimento econômico dessa região. Portanto, não concorre com as grandes propriedades que mantêm o caráter concentrador da terra, através da pecuária extensiva e da agricultura empresarial, através do arroz e da soja. No máximo, a fruticultura se associa a essas cadeias produtivas mais tradicionais.

Além disso, essa atividade gera renda e estimula emprego no campo, diversificando as perspectivas para os trabalhadores rurais, na medida em que origina novas frentes de trabalho, além daquelas já existentes com o arroz, a soja e a pecuária. Procura também amenizar um dos problemas sociais expressivos dessa região que é a oferta de emprego e, conseqüentemente, os processos excludentes, os quais têm seus reflexos na minimização da migração rural-urbana, na medida em que, oferece novas alternativas de renda ao produtor rural.

Paralelamente a bergamota, outras frutas, porém de forma menos expressiva, retroalimentam a cadeia produtiva da fruticultura, como o pêssego e o figo. Esses são cultivados, pontualmente, ou seja, nas unidades territoriais de Santiago, Alegrete, Santana da Boa Vista, Lavras do Sul, Dom Pedrito e Caçapava do Sul. Salienta-se que, essas culturas ainda não apresentam grandes áreas destinadas à sua produção se comparadas a da laranja e da uva. Constituem-se em experiências ainda parciais, mas que fornecerão resultados positivos em longo prazo nestes municípios (IBGE, 2008).

---

<sup>1</sup> Estes dados foram obtidos via entrevista do Coordenador do PROFRUTA, Afonso Hamm e do pesquisador da EMBRAPA-Clima Temperado, Flávio Herter ao Jornal Zero Hora (22/10/2005).

A quantidade de frutas produzida no sul do Estado esta aumentando gradativamente, visando atingir o volume necessário para exportação. Desse modo, a produção tem como destino o consumo interno, privilegiando a indústria de conservas, os supermercados e as feiras coloniais em diversos municípios e, em alguns casos têm como destino a Capital gaúcha e também, o estado de São Paulo. Há também, unidades de processamento de frutas (*packing house*), instaladas em Bagé, Santana do Livramento, Encruzilhada do Sul e Tucuruí. (ZERO HORA, 2005).

Portanto, com base nos dados apresentados pode-se afirmar que os projetos de incentivo a fruticultura, na Metade Sul do Estado, podem ser considerados como alternativas para o seu desenvolvimento local/regional. No entanto, para que esta cadeia se estruture e se dinamize é necessária a melhora na infra-estrutura, pois um dos principais problemas relativos à fruticultura é a deficiência na malha viária, fator essencial para o escoamento da produção. Dessa forma, fazem-se necessários investimentos no setor de transportes, através da recuperação das estradas que interligam os municípios produtores aos centros de comercialização. Paralelamente, a busca de capital e incentivo para as agroindústrias devem ser encaradas como fatores determinantes para o real dinamismo dessa atividade.

Entretanto, apesar das dificuldades a fruticultura já se constitui como uma realidade para a Campanha Gaúcha, proporcionando novas frentes de trabalho e geração de renda para o produtor rural, distinta daquela oriunda da sua matriz tradicional.

Além da fruticultura, novas atividades econômicas estão sendo, gradativamente, inseridas na Campanha Gaúcha, transformando a paisagem produtiva e as relações de trabalho local/regional. Nesse sentido, destaca-se o florestamento, o qual se configura como outra atividade que visa dinamizar as atividades econômicas existentes nessa região, uma vez que se constitui em uma estratégia econômica que vem se consolidando através do plantio de *pinus* e eucaliptos. O plantio tem financiamento de grandes grupos ligados à produção de celulose, como o Grupo Votorantin-Celulose e Papel, Aracruz e Stora-Enso (indústria sueco-finlandesa de papel). Estes grupos pretendem

investir cerca de U\$\$ 9,3 bilhões em projetos de florestamento no Rio Grande do Sul (ZERO HORA, 2008).

Salienta-se que, o Grupo Votorantin, já instalado nas imediações de Bagé, vem plantando eucaliptos para garantir a demanda da empresa que visa à exportação. No que se refere à Stora-Enso, esta tem investido em programas de reflorestamento em oito municípios gaúchos entre eles Alegrete, Rosário do Sul, Cacequi, Unistalda, Santiago, São Francisco de Assis, Manoel Viana e Maçambará. Além desses municípios, o Grupo pretende investir em outros como Uruguaiana e Itaqui. A escolha do Rio Grande do Sul para estes novos empreendimentos se justifica pelas condições florestais favoráveis e pela produção gaúcha permitir o corte de eucalipto em sete anos, enquanto que em alguns países do hemisfério norte é necessário setenta anos para se realizar o mesmo (ZERO HORA, 2005).

Enfatiza-se que através de estudos realizados pela empresa Stora-Enso na América Latina, o Rio Grande do Sul apresentou as condições competitivas ideais como: área disponível, qualidade do solo, logística, disponibilidade de mão-de-obra e possibilidades para o plantio de eucalipto ou *pinus*, que originam, respectivamente, a celulose de fibra curta e longa. As indústrias para beneficiamento da celulose, provavelmente serão instaladas próximas às unidades de base florestal, obedecendo aos seguintes critérios: infra-estrutura de transporte, curso d'água de grande vazão e proximidade com grandes áreas urbanas. Destaca-se a presença do rio Ibicuí como um importante reservatório d'água para alguns municípios da Campanha, nas quais já se visualiza a produção florestal.

Os investimentos desses grupos ocorrem a partir da aquisição de extensas áreas, desmembradas de grandes propriedades. Pode-se inferir que, tal situação contribuirá para o rompimento das bases tradicionais de posse da terra, assentadas no monopólio latifundiário nas mãos de grandes proprietários voltados a atividades pecuárias e agrícolas (arroz e soja). Assim, as extensas dimensões de terras estarão sob o domínio de grandes grupos empresariais. Nenhuma das novas estratégias econômicas, nesse recorte espacial, ameaçou a concentração da terra, na medida em que

coexistia a pecuária extensiva realizada em grandes propriedades com o arroz e a soja, ou a fruticultura em pequenas propriedades.

Entretanto, a iniciativa florestal tem despertado a reação da comunidade ambientalista, que adverte para os riscos ambientais que a plantação monocultora de *pinus* e eucaliptos podem trazer para a região. A advertência assenta-se no fato de que a plantação de espécies exóticas e de grande porte poderá ser responsável por prejuízos ambientais às reservas hídricas, ao solo, ao clima e a fauna e flora. Tais advertências baseiam-se em discussões de cunho ecológico que afirmam que o eucalipto necessita de água abundante para o seu desenvolvimento, além de bloquear o crescimento da vegetação rasteira nativa do Pampa.

O debate inclui, também, questões identitárias referentes à cultura gaúcha e a sua preservação na Campanha, considerada uma das regiões de preservação dos costumes e tradições rio-grandense. Dessa forma, questões inerentes a essa temática estão sendo suscitado, como exemplo, destaca-se, entre elas, quais as transformações que a monocultura florestal exótica causará no “berço da cultura gaúcha”? As paisagens típicas, formadas por campos nativos com gado serão transformadas em grandes áreas destinadas a um “deserto verde”?

Considerando as informações referentes a esta nova cadeia produtiva, pode-se destacar que a silvicultura não pretende realizar a reconversão da Metade Sul em uma área de florestas, mas aperfeiçoar as propriedades rurais com sistemas agrosilvopastoris

Além das áreas que foram adquiridas pelas empresas para o plantio de árvores voltadas a produção de celulose há, também, proprietários rurais que destinaram parte de suas terras para a silvicultura. Realizam o plantio das mudas de eucaliptos e *pinus* de formas espaçada, permitindo consorciar essa atividade com a criação de gado. Trata-se de uma alternativa de diversificar a produção e os rendimentos oriundos da propriedade rural, uma vez que, o produto final tem a garantia de compra pelas empresas de celulose e papel.

Há que se destacar a criação de áreas de preservação na Metade Sul. Essas áreas consistem em espaços destinados ao plantio de espécies nativas em contrapartida às áreas destinadas ao florestamento. Deste modo, para cada hectare destinado ao florestamento de eucalipto e *pinus*, um hectare é plantado com espécies nativas. As empresas voltadas ao florestamento no Estado justificam a partir desta iniciativa, a compensação ambiental pela implantação da atividade silvícola.

Ao se considerar a transformação da paisagem local, que dos vastos campos passaria a ser composto por florestas de *pinus* e eucalipto, descaracterizando o Pampa gaúcho, pode-se dizer que, até a atualidade o reflorestamento não alterou, de forma significativa, os seus aspectos distintivos. Até mesmo porque se considerarmos a dinâmica espacial dessa porção do espaço, as lavouras comerciais de arroz e soja, também acarretaram mudanças na paisagem local, onde predominava a atividade pecuarista.

No que diz respeito a outras questões sociais como o emprego da mão-de-obra destaca-se que a atividade silvícola necessitará da mesma em períodos específicos. Ou seja, naqueles em que o florestamento necessita de manutenção (plantio e corte). Entretanto, em determinados períodos em que, não há essa necessidade, ocasionará o desemprego em virtude da dispensa da mão-de-obra. Nesse sentido, indaga-se de quais serão as consequências sobre a problemática do emprego e do êxodo rural na região?

As atividades empregadas na silvicultura consistem, basicamente, em plantar, adubar e tratar as áreas de florestas. Há aproximadamente 2,5 mil pessoas empregadas nessas atividades na região. De acordo com as estimativas o número de empregos diretos pode abranger 80 mil pessoas ao ano até 2011. Salienta-se que a geração de emprego e de renda aos trabalhadores rurais visa diminuir o êxodo rural em virtude das oportunidades oferecidas. A implantação das áreas de floresta tem ocorrido de forma gradativa, o que garante o emprego por um período de tempo maior, levando o empregado a mudar apenas de município para desenvolver as mesmas atividades (ZERO HORA, 2008).

O florestamento tem se desenvolvido, na Campanha Gaúcha, acompanhando a tendência da Metade Sul do Estado quanto à expansão dessa atividade, mesmo diante das polêmicas estabelecidas em relação aos seus benefícios e prejuízos. Para suscitar esse debate, procurou-se identificar alguns pontos acerca dessa questão apontando fatores positivos e negativos. Assim, pode-se dizer que, as opiniões são divergentes e acrescenta-se que é necessário um período de tempo maior para que se possa avaliar os impactos sociais, culturais e econômicos do florestamento na Campanha Gaúcha.

Nessa perspectiva, mediante as discussões sobre a viabilidade ambiental do florestamento nessa área do Estado gaúcho, deduz-se que a tendência é o aumento das campanhas de incentivo e das áreas destinadas à plantação de *pinus* e eucaliptos. Como exemplo, cita-se que um dos objetivos da empresa, Stora Enso, consiste em incentivar os proprietários locais a estabelecerem suas próprias plantações dos produtos florestais, como oportunidade para o uso alternativo de suas terras. Tal situação atesta para o desenvolvimento de mais um tipo de produção primária atrelada aos interesses de grandes empresas no Rio Grande do Sul, pois tais empresas, para garantir a compra desses produtos exigirão o cumprimento de pré-requisitos relacionados à forma de produção e ao tipo de produto final desejado, além de fixarem, no mercado, o preço pago aos produtores.

Assim, inúmeras reportagens da mídia destacam que as floretas vão mudar parte da paisagem da área de campo do Estado. Os grupos Votorantin, Aracruz e Stora Enso pretendem investir cerca de U\$\$ 9,3 bilhões em projetos de florestamento no Rio Grande do Sul (ZERO HORA, 2008).

Neste contexto, pode-se dizer que o espaço produtivo da Campanha gaúcha tem passado por transformações no que se refere à inserção de outras atividades, distintas da tradicional pecuária extensiva que caracteriza, ainda, essa região. Tal fato demonstra que a dinâmica do capital acarreta mudanças constantes na relação sociedade-natureza, mesmo em porções do espaço onde essa relação tem fatores organizacionais importantes

como a cultura e, conseqüentemente, a expressividade do regionalismo rio-grandense.

### **REGIÃO E REGIONALISMO: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA CAMPANHA GAÚCHA**

Pensar em região e regionalismo na Campanha nos remete a uma visão dialética resgatando, na sua gênese, a apreensão da construção desta região, sua evolução e as principais transformações acarretadas na relação cidade-campo. Desse modo, torna-se apropriado considerar a reorganização do espaço, uma vez que, a dinâmica é uma constante na relação sociedade-natureza principalmente, se considerarmos a técnica como um eficaz agente transformador.

Em âmbito regional, considerando as particularidades da Campanha Gaúcha, como um território onde o regionalismo constituiu-se em um fator significativo na organização espacial, essa dinâmica originou respostas distintas em relação às esferas socioculturais e econômicas, pois houve transformações significativas, que resultaram na reorganização do seu processo produtivo e organizacional do campo, com implicações na sociedade local/regional. As especificidades oriundas da evolução socioespacial da Campanha gaúcha, pautada na atividade agropecuária, tornaram campo e cidade espaços próximos e inter-relacionados, na medida em que o campo assumiu um caráter fundamental no poder político e decisório nessa porção do território rio-grandense.

No que se refere à expressividade cultural, a territorialidade do gaúcho, como tipo regional característico, expressa um modo de vida diferenciado, atrelado aos fatores históricos da sua formação socioespacial, com a inter-relação entre as culturas portuguesa, espanhola, africana e nativa. A Campanha tem sua origem no rural, nas atividades ligadas a lida campeira e, conseqüentemente, nos hábitos oriundos destas.

Desse modo, pode-se pensar a importância do campo e a sua relação com a cidade, na medida em que, o poder de decisão, ainda hoje está atrelado às famílias detentoras do poder econômico, com ênfase para os grandes proprietários de terras, que se não as possuem mais, mantiveram a sua influência na esfera política em âmbito regional.

Nesse sentido, as especificidades oriundas da evolução socioespacial da Campanha gaúcha, pautada na atividade agropecuária, tornaram campo e cidade espaços próximos e inter-relacionados. Cita-se, como exemplo, a expansão de estabelecimentos comerciais voltados para o setor rural, como revendedoras de maquinários agrícolas, insumos, assistência técnica, entre outros, que se instalaram no espaço urbano, retroalimentando o rururbano.

O espaço urbano, na atualidade, apresenta outra conotação, pois o mesmo está intimamente relacionado ao rural. Tal fato pode ser percebido através das transformações na organização do seu espaço, uma vez que, o proprietário rural, na sua grande maioria, reside na cidade. Tal fato foi responsável pela expansão das residências. Observa-se que houve o aumento significativo do número de residências construídas em um padrão moderno de edificação, demonstrando que os produtores rurais investem também, na melhoria de sua qualidade de vida.

É importante salientar que muitos proprietários rurais estão diversificando seu capital através da aquisição de imóveis em municípios, como Porto Alegre e Santa Maria principalmente. Tal investimento deve-se a valorização do setor imobiliário e, também, da necessidade de utilização dos mesmos pelos filhos, que geralmente estudam nessas cidades.

Enfatiza-se que, a maioria dos produtores, além da atividade ligada ao campo, exerce outras profissões como: médicos, agrônomos, advogados, entre outras, o que justifica a sua permanência no espaço urbano. Esta realidade fez com que aumentasse o trabalho permanente no meio rural, uma vez que, que alguns proprietários dirigem-se as suas propriedades apenas nos finais de semana e as administram via contato telefônico, internet, entre outros meios de comunicação com seus empregados.

Na atualidade, campo e cidade tornaram-se interdependentes quanto ao desempenho de suas funções, tornando-se complementares desmistificando a dicotomia rural-urbano. Estas transformações têm seus impactos na questão sociocultural inerente a Campanha Gaúcha, uma vez que, os códigos culturais ligados ao campo são retroalimentados no espaço urbano através das manifestações culturais. O regionalismo, na Campanha, está atrelado a esses aspectos, sobretudo a questão identitária voltada a terra, a atividade agropecuária, aos hábitos típicos do gaúcho e ao passado de lutas pela posse da terra, que legitimou o “caráter” guerreiro do gaúcho em relação ao Pampa e a valorização do mesmo, manifestada em alguns códigos culturais, como a música, a gastronomia e as festividades.

Embora a tecnologia permita a melhoria na circulação de pessoas e informações, o regionalismo se reafirmou nessa região, como um elemento de distinção e de caracterização, mesmo diante das transformações impostas pelo capital. Pode-se salientar que, tais transformações iniciadas na década de 1920, com a inserção da lavoura de arroz e, de forma mais eficaz na década de 1970, com a modernização da agricultura, alteraram de forma significativa o processo produtivo no campo. Dessa forma, pode-se pensar, então, quais as consequências que tais mudanças engendraram no meio rural e no urbano, bem como, na relação estabelecida entre esses espaços.

Inicialmente, se deve considerar que a mecanização da agricultura teve reflexos significativos no campo afetando, principalmente, a mão-de-obra. Esta estimulou a migração do trabalhador rural (assalariado ou mesmo proprietários que perderam suas terras e não conseguiram se inserir no processo modernizante) do campo em direção às cidades na busca de emprego e de melhores condições de vida. No entanto, as cidades da Campanha Gaúcha são compostas, em sua maioria, por pequenos núcleos urbanos, os quais não oferecem oportunidades de emprego como nos grandes e médios centros. Assim, esses trabalhadores dirigiram-se para cidades médias como Santa Maria, Pelotas, dentre outras, cuja centralidade exerce um fator de atração populacional, bem como para a Região Metropolitana de Porto Alegre e de Caxias do Sul.

É importante destacar que esses fluxos populacionais iniciaram uma reconfiguração a partir da década de 1980, como enfatiza Barcellos (2000), quando diz que, a tendência do deslocamento rural-urbano em direção aos grandes centros urbanos, não se configuram mais como elementos básicos para a manutenção das migrações na atualidade. Dessa forma, o que se percebe é uma redução no crescimento das grandes áreas urbanas e o incremento das cidades médias e de regiões que não se encontram no epicentro do sudeste brasileiro.

Esse conjunto de mudanças se aprofundou nas últimas duas décadas, acarretando a redução do poder de atração das grandes metrópoles, efetivado através de fatores como o decréscimo na fecundidade, no emprego urbano e a capacidade de ascensão social das classes mais baixas, ressaltados pela crise econômica. (BARCELLOS, 2000). Por conseguinte, pode-se dizer que, os grandes centros urbanos já não se constituem em pólos de atração populacional, principalmente, da população rural.

Como o espaço rural constituía-se em uma região expulsora da população, devido à carência de vários serviços e, sobretudo, de emprego, a partir da década de 1980 essa situação passa por um processo de reversão, via fluxos de retorno ao campo. Assim, tem-se uma reorganização espacial, tanto no rural quanto no urbano, na medida em que, se observa a inserção de novas funções ao rural e, o conseqüente incremento na complexidade das suas relações com o urbano.

No Rio Grande do Sul, onde a economia está atrelada a agropecuária, as transformações na relação campo-cidade, principalmente, no que se refere aos movimentos migratórios, evidenciou algumas particularidades que expressaram a relevância dos processos de colonização e de formação territorial do extremo sul do Brasil, que por sua vez, estão atrelados a questão demográfica e socioespacial que se configura no Estado gaúcho atualmente.

Particularmente, na Campanha, considerando a Mesorregião Sudoeste, houve um crescimento na sua população rural de aproximadamente 0,3%, enquanto a população urbana decresceu em torno de 1,35%. (FEE, 2008).

Percebe-se, embora de forma pouco expressiva, que o espaço rural tem demonstrado uma procura maior se comparado a cidade, principalmente, se considerarmos que essa porção do espaço gaúcho constitui-se de pequenos núcleos urbanos, onde a oferta de emprego e de serviços é baixa, o que a torna pouco atrativa. Além disso, a inserção de duas atividades produtivas na metade sul do Estado: a fruticultura, viabilizada através do Programa de Incentivo a Fruticultura (PROFRUTA) e a silvicultura (florestamento) possibilitou outras fontes de renda aos produtores e de emprego à população assalariada o que, conseqüentemente, tem permitido a sua permanência, ou mesmo o retorno ao campo.

Nesse contexto, deve-se considerar também, o fator cultural e a revalorização do modo de vida ligado ao campo, que se apropria da paisagem típica oriunda da relação histórica desta sociedade com seu espaço rural – o Pampa. Destaca-se que a porção centro-sul do Estado também tem investido na atividade turística, aproveitando-se, justamente, da cultura como principal atrativo. Tal iniciativa tem-se utilizado do passado estancieiro e charqueador da Campanha Gaúcha. Com o fim da atividade charqueadora e o declínio da pecuária no Estado, as estâncias tornaram-se, atualmente, uma fonte de renda através do turismo rural, que explora justamente a herança do passado pecuarista. São as velhas formas adaptando-se a novas funções, para se adequar às exigências do processo evolutivo da sociedade.

Essa situação direcionou fluxos turísticos para o campo na busca do diferencial em relação ao cotidiano do espaço urbano. Busca-se a paisagem campeira, a gastronomia típica, os costumes e as crenças. Enfim, um resgate de hábitos que a cidade não proporciona, principalmente, aquelas atividades como a cavalgada, as gineteadas, as trilhas e o contato com a natureza.

Há que se ressaltar que a maior parte dos grandes proprietários rurais não vendeu suas terras, pois essas são sinônimos de poder nessa região. Representam, ainda, na atualidade, “o grande proprietário, o latifundiário”. O que ocorreu foi a cedência de terras, por parte da pecuária, para a lavoura empresarial, a qual se desenvolve, na sua grande maioria através do

arrendamento. Tal fato representou a manutenção da propriedade, ou seja, o “*status quo*” do pecuarista e a exploração da terra através de outras atividades não ligadas à pecuária, mas que garantem lucro ao mesmo. Assim, ele não depende das variações do mercado uma vez que essas preocupações são de responsabilidade do arrendatário, que paga o “aluguel” pelo uso da terra e a explora diretamente. Do ponto de vista cultural, representam à preservação do patrimônio histórico e da memória cultural de uma fase importante da evolução do Estado demonstrando, também, a significativa presença da cultura portuguesa materializada no espaço rio-grandense.

Enfatiza-se que, na Campanha gaúcha, permanece ainda o caráter concentrador da terra, o que torna as grandes propriedades alvo de invasões pelo Movimento dos Sem Terra (MST). A iniciativa do arrendamento justifica, em parte, a função social da terra, exigida pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), pois as grandes propriedades são exploradas via atividade agrícola e não diretamente pelo proprietário.

Atualmente, existem alguns assentamentos nas tradicionais áreas de pecuária do Rio Grande do Sul, como forma de pressão social e política pela reforma agrária. As marchas organizadas, pelos sem-terra, são comuns nessa região, na medida em que as terras são reivindicadas pelos mesmos para que sejam desapropriadas, pois esse movimento alega que elas são produtivas e, portanto, devem ser produzidas.

Destaca-se que a Campanha apresenta uma dicotomia quanto à posse da terra. De um lado, têm-se os grandes proprietários e, de outro, os sem terra. Esses anualmente realizam a marcha dos sem-terra denominada de “abril vermelho”, com objetivo de realizar diversas invasões para pressionar o governo a atender suas reivindicações e o estabelecimento de assentamentos rurais para os pequenos agricultores.

Em contraponto, tem-se o “maio verde”, que é o movimento liderado pelos pecuaristas e empresários rurais, que demonstram o outro lado, ou seja, a função social da terra através de produção de grãos. Para tanto, organizaram movimentos em defesa da propriedade, atrelado à questão legal

de posse da terra e do cumprimento de sua função social. Esse movimento bloqueia e monitora a marcha dos sem-terra, com intuito de impedir as invasões.

Essa situação reforça o embate político-ideológico atrelado a propriedade da terra no oeste do Rio Grande do Sul, na qual os produtores reafirmam os códigos construídos ao longo do processo de povoamento dessa porção do Estado. É um movimento que, geralmente, acompanha a caminhada do MST a certa distância e, dispõe de mais recursos em função das suas condições financeiras.

É importante considerar que, a existência desses dois grupos antagônicos, com interesses divergentes, lutam pela posse da terra. Por um lado, o MST reivindicando a desapropriação e a função social da terra, enquanto, por outro, os ruralistas reivindicam a manutenção da propriedade e da concentração da terra pelo direito legítimo de posse. A questão da disputa pela posse da terra na Campanha é polêmica e envolve, sobretudo, códigos seculares e tradições originadas no passado estancieiro e charqueador dessa porção do espaço gaúcho.

Considerada como o “berço do gaúcho”, a Campanha remete a costumes típicos do tradicionalismo e serve como referência em termos de paisagem característica do Pampa, com grandes extensões de campo para pastagem do gado. A partir da atividade pecuarista tem-se a lida campeira, o peão a cavalo, o churrasco, a roda de chimarrão e a trova ao redor do fogo de chão como alguns códigos culturais identificadores. A bombacha não é uma vestimenta usada somente nas festividades comemorativas do tradicionalismo, é uma peça usual e encontrada com facilidade no cotidiano dos habitantes, principalmente, nos mais velhos, que expressam com orgulho o fato de serem gaúchos típicos. A afirmação é na Campanha que o gaúcho se reconhece efetiva-se através do cotidiano dos seus habitantes, que expressam os códigos culturais de forma mais significativa nessa porção do Estado (BEZZI; BRUM NETO, 2008).

Por um longo período de tempo, a terra significou poder político na Campanha e criou sobrenomes influentes em nível local, regional e nacional.

Como exemplos citam-se os ex-presidentes da República Gétúlio Vargas e João Goulart, naturais do município de São Borja, localizado nessa região. É importante salientar que o poder advindo da classe pecuarista ainda, na atualidade, é muito expressivo e se faz presente nas decisões importantes a respeito da dinâmica socioeconômica na maioria das unidades territoriais que compõem esta região.

Apesar dessa porção do Estado gaúcho desenvolver a atividade pecuarista desde os primórdios do povoamento nela, também, se desenvolvem as lavouras empresarias do arroz e da soja e, mais recentemente, o florestamento e a fruticultura as quais se apresentam como cadeias produtivas recentes para o desenvolvimento econômico dessa região. Entretanto, a presença dos latifúndios ainda se constitui em uma “marca” dessa porção do espaço gaúcho.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que, o regionalismo acompanha a diferença e ressalta, justamente, as particularidades regionais, através de códigos específicos que acompanham cada grupo cultural. As expressões originadas são repetidas de forma inconsciente, pois pertencem ao âmbito cultural e, portanto, não são imposições ou modelos prontos que se deve cumprir. A imersão cultural, ou seja, a vivência no cotidiano da sociedade é que estabelece a identificação com os códigos desenvolvidos pela mesma.

Considerando-se o contexto regional do Rio Grande do Sul e a identificação do seu habitante como gaúcho, observa-se a formação de um tipo característico, dotado de inúmeros códigos culturais moldados ao longo do seu processo evolutivo. O gaúcho como “figura representativa” pode ser definido através de características comuns atreladas a questões como tradicionalismo e nativismo, acentuadas nos gestos, nas crenças e nos valores. (BRUM NETO, 2007).

Tal situação pode ser identificada ao se sair do Rio Grande do Sul, sendo possível perceber as disparidades regionais materializadas, principalmente, através da linguagem. Quando os gaúchos se comunicam com outros grupos sociais, cuja cultura é marcante no que se refere à fala, como por exemplo, os cariocas, ou mesmo nordestinos, mineiros e paulistas,

o gaúcho percebe as entonações, gírias, frases feitas e demais expressões típicas que não lhes são comuns. Até mesmo palavras simples utilizadas no cotidiano apresentam denominações diferentes, como a mandioca e a macaxeira, a bergamota e a mexerica. São maneiras regionais de se comunicar, embora o português seja a língua oficial do Brasil.

A relação cultura-espço permite materializar uma gama de peculiaridades explicitadas no regionalismo construído por grupos sociais distintos, que se reconhecem e se identificam mediante aspectos socioeconômicos e culturais, proporcionando diferenciações ao espaço, reconstruindo-o periodicamente, como consequência da dinâmica espaço-tempo.

Ao se resgatar a região, a identidade regional e o regionalismo na Campanha gaúcha, percebem-se novas dinâmicas espaciais que tem seus reflexos na relação campo-cidade. Esta, entendida, através de tessituras dinâmicas que se colocam como espaços nem sempre contíguos, mas que mantêm peculiaridades que identificam espaços antagônicos e repletos de mitos. Nesse sentido, Abramovay (2000) enfatiza que, as mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transformam as noções de "urbano" e "rural" em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas, cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e o meio rural a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais.

Nesse contexto, pode-se dizer que não há uma homogeneização, ou o fim do rural, pois as características marcantes de cada espaço permanecem, havendo, por conseguinte, transformações importantes nas suas funções, agregando "valor" ao espaço, na medida em que, o mesmo se torna cada vez mais complexo e dinâmico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para repensar algumas das proposições explicitadas neste texto acerca da questão regional na Campanha gaúcha, pode-se dizer que, trata-se de processos de reorganização, uma vez que, o espaço está em constante transformação produtiva-econômica e social-cultural. Na medida em que, abordou-se o espaço da Campanha numa perspectiva histórica, teve-se o intuito de identificar e analisar sua dinâmica espaço-temporal, pontuando alguns “marcos” temporais que balizaram a relação campo-cidade.

Existem alguns “mitos” referentes aos estudos regionais que englobam a Campanha gaúcha, principalmente, no tocante ao “atraso” econômico pelo qual estaria passando essa região. Destaca-se, também, a baixa densidade demográfica e as grandes áreas das unidades territoriais entre outras. No entanto, através de uma análise mais profunda, percebe-se que, embora não seja a região mais dinâmica do Rio Grande do Sul, a Campanha, tem passado por significativas transformações socioeconômicas, principalmente, se considerarmos o seu espaço produtivo. A própria atividade pecuarista, através das fases explicitadas, proporcionou algumas transformações no seu processo produtivo, à medida que atrelou certo grau de industrialização ao mesmo, com os frigoríficos.

Outro aspecto a se destacar é a inserção da agricultura em áreas exclusivamente pecuaristas da Metade Sul do Estado, através das lavouras de arroz e soja, que tem se expandido na atualidade. Enfatizam-se, também, outras formas produtivas, como a fruticultura, o florestamento e o turismo rural.

Essas atividades são importantes agentes transformadores, pois articulam novas dinâmicas produtivas que se efetivam na Campanha, visando o desenvolvimento de seu potencial produtivo. Torna-se evidente, a necessidade de atrelar políticas públicas de incentivo e, sobretudo de financiamento, à participação da sociedade na busca de ações que proporcionem o desenvolvimento em âmbito local/regional, observando os

aspectos socioculturais e as potencialidades naturais para a implantação de atividades diferenciadas,

Um dos fatores significativos na estruturação do espaço regional em foco é a cultura, uma vez que, a Campanha constitui-se no berço do gaúcho típico, tendo originado uma sociedade cuja identidade cultural está pautada na vida campeira, que originou tradições vinculadas a terra (propriedade) e ao poder político local e regional. Tal situação, muitas vezes, constituiu-se em um obstáculo a inserção de novas dinâmicas produtivas.

Deve-se considerar também, que a compreensão da questão cultural poderá imprimir uma nova dinâmica socioeconômica a ser explorada, uma vez que, devem-se respeitar as tradições oriundas da cultura local na proposição de alternativas que visem o desenvolvimento territorial integrado. Com a aliança entre o poder público e a população será viável a transformação em direção ao crescimento local/regional.

Sob a ótica cultural, enfatiza-se que as diferentes perspectivas de análise da questão regional, além de focar as transformações impostas à relação sociedade-natureza. Infere-se que a representatividade da cultura, na Campanha, pode ser considerada como um dos pilares estruturais que impedem a homogeneização dos costumes, responsáveis pela diversidade de padrões espaciais nas relações campo-cidade. Desse modo, considerou-se a cultura como um dos fatores que alavancará as propostas de desenvolvimento, respeitando as crenças e os valores e, potencializando os códigos culturais através do resgate da herança pecuarista.

Para exemplificar tais reflexões, abordou-se o contexto regional das Microrregiões Geográficas da Campanha Ocidental, Central e Meridional, do Estado gaúcho, uma vez que esse se constitui em uma das Unidades da Federação brasileira onde o regionalismo torna-se evidente mediante a construção do gaúcho, como tipo regional representativo da unidade na diversidade. Essa situação se materializa nesses recortes espaciais devido a sua gênese estar ligada a origem do gaúcho como figura representativa do Rio Grande do Sul e a atividade campeira centrada na herança pecuarista.

Tal situação se evidencia na atualidade nos espaços urbano e rural, mediante as relações socioeconômicas e culturais.

Salienta-se que a inter-relação campo-cidade é respaldada pela esfera cultural e explica, em parte, a resistência, da figura típica do gaúcho, originária da Campanha e portadora de códigos que o diferenciam das demais etnias que vieram compor o mosaico étno-cultural gaúcho. Há que se considerar que as culturas formadoras desse recorte espacial, representadas pelos nativos, portugueses, espanhóis e africanos originaram uma sociedade pautada no latifúndio pastoril. Esse teve expressividade econômica fundamental através de ciclos econômicos que se materializaram através da courama, do charque e dos frigoríficos, estruturando uma sociedade extremamente pecuarista, respaldada pela concentração fundiária e detentora do poder político, econômico e social.

Essas características culturais, na prática, materializaram inúmeros códigos culturais nessa porção do espaço gaúcho, transmitida no tempo e mantidas através da descendência. Tal fato evidencia um potencial a ser explorado, como perspectiva para implantação de novas atividades que gerem renda a população, ao mesmo tempo em que proporcionará a preservação do patrimônio histórico e cultural da Campanha gaúcha.

A esfera cultural torna-se, então, uma perspectiva para o desenvolvimento, justificada, em exemplos práticos de municípios que tem na cultura o principal fator centralizador do desenvolvimento, seja com atividades turísticas, ou que associem essas a outras atividades consideradas tradicionais, como a agricultura, a pecuária e a indústria.

Texto recebido em maio de 2009.  
Aprovado para publicação em junho de 2009.

### **SOBRE AS AUTORAS:**

Helena Brum Neto é Mestre em Geografia pela UFSM e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista –

UNESP/Presidente Prudente – São Paulo – Brasil. Bolsista do CNPq. E-mail: southelen@yahoo.com.br.

Meri Bezzi é Professora Associada I do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e Coordenadora do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários – NERA/CCNE/UFSM, Santa Maria- Rio Grande do Sul – Brasil. Fone/Fax: (55) 3220 9448. CEP: CEP: 97 105-900.

E-mail: meri@oslo.ccne.ufsm.br.

Pesquisa desenvolvida no Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais/NERA/CCNE/UFSM.

### **REFERÊNCIAS:**

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Ministério do Planejamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto para discussão n. 702, Rio de Janeiro, 2000.

BARCELLOS, T. “O panorama recente das migrações no Brasil: a situação do RS e da RMPA”. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 01, 2000, p. 181-200.

BEZZI, M. L. **São Borja – Transformações no espaço agropecuário: o processo de despecuarização**. 1985. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho”, UNESP, Rio Claro, 1985.

BEZZI, M.L.; BRUM NETO. “Regiões Culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha”. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, n.02, 2008. p. 135-155.

BEZZI, M.L.; BRUM NETO, H.; CASTANHO, R. “Rio Grande do Sul: Uma Proposta de Regionalização Geoeconômica”. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.19, n.02, 2007. p. 171-190.

BRUM NETO, H. **Regiões Culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha**. 2007. 328 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Notícias**. Disponível em:  
<<http://www.embrapa.br>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Unidades geográficas**. Disponível em:  
<[http://WWW.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel\\_modulo\\_pesquisa.asp](http://WWW.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp)>.  
Acesso em: 29 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **25 anos de economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, v. 3, 1978.

Fruticultura muda a paisagem da Metade Sul. **Zero Hora**, Porto Alegre, 22 out.  
2004. Disponível em: <http://www.zerohora.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **idades @**. Disponível  
em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades@>>. Acesso em: 02-20 out. 2008.

O avanço do eucalipto, o verde que muda vidas. **Zero Hora**, Caderno Dinheiro, 24  
ago. 2008, p. 6-7.

Profruta/RS apresenta balanço positivo ao completar um ano. **A Platéia**, Santana  
do Livramento, 03 set. 2004. Disponível em: <<http://www.aplateia.com.br>>.  
Acesso em: 10 out. 2005.

RODRIGUES, A de L. **O processo de reorganização do espaço agrário no  
município de Rosário do Sul**. 2004. 61 f. Trabalho de Graduação (Geografia-  
Licenciatura)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

ZOLIN, D. Citricultura: doce exportação. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 20-  
21 jun. 2009. Caderno especial, p. 27-29.